

Ata da Décima Sétima Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos treze de agosto de dois mil e treze, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abracez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Rodrigo da Silva Blanco para proferir o seguinte texto: Carta de São Paulo aos Efésios – Capítulo 4, versículos 25-31: “Por isso, abandonem a mentira: cada um diga a verdade ao seu próximo, pois somos membros uns dos outros. Vocês estão com raiva? Não pequem: o sol não se ponha sobre o ressentimento de vocês. Não dêem ocasião ao diabo. Quem roubava, não roube mais; ao contrário, ocupe-se trabalhando com as próprias mãos em algo útil; e tenha assim o que repartir com os pobres. Que nenhuma palavra inconveniente saia da boca de vocês; ao contrário, se for necessário, digam boa palavra, que seja capaz de edificar e fazer o bem aos que ouvem. Não entristeçam o Espírito Santo, com que Deus marcou vocês para o dia da libertação. Afastem de vocês qualquer aspereza, desdém, raiva, gritaria, insulto, e todo o tipo de maldade. Sejam bons e compreensivos uns com os outros, perdoando-se mutuamente, assim como Deus perdoou a vocês em Cristo.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Prefeito Municipal, das Indicações dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na

pauta; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício SEGOV nº 0463/2013, dando resposta ao Requerimento nº 131/2013, do Sr. Alexandre da Silva Santos, solicitando qual é a estimativa de arrecadação do ISS de 2% dos estacionamentos e do evento do Jaguariúna Brahma Country Festival para o ano de 2013, realizado no Município de Jaguariúna e quais são os gastos da Prefeitura para que este evento seja realizado; 2. Ofício SEGOV nº 0499/2013, dando resposta ao Requerimento nº 080/2013, do Sr. Gerson Antonio, solicitando informações sobre a entrega de alvarás; 3. Ofício SEGOV nº 0510/2013, dando resposta ao Requerimento nº 0158/2013, do Sr. William de Souza Silva, solicitando informações sobre o teor da reunião realizada no dia 29-05-2013, entre os Vereadores e o Executivo Municipal, entre outras informações; 4. Ofício SEGOV nº 0511/2013, dando resposta ao Requerimento nº 133/2013, do Sr. Alexandre da Silva Santos, solicitando informações sobre quando serão entregues as casas populares e porque as obras não foram finalizadas; 5. Ofício SEGOV nº 0512/2013, dando resposta ao Requerimento nº 161/2013, do Sr. William de Souza Silva, solicitando ao Executivo Municipal e ao Comandante da Polícia Militar, informações sobre o porquê não acontece a ronda policial nos bairros Santo Antonio de Jardim, Bom Jardim e Floresta; 6. Ofício SEGOV nº 0513/2013, dando resposta ao Requerimento nº 138/2013, do William de Souza Silva solicitando informações sobre a falta de fiscalização em terrenos particulares abandonados e se há a possibilidade de intensificar a fiscalização nos terrenos baldios de acordo com o Código de Posturas do Município; 7. Ofício SEGOV nº 0515/2013, dando resposta ao Requerimento nº 147/2013, do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando informações sobre obras de esgoto e asfalto no Núcleo Urbano Ana Helena; 8. Ofício SEGOV nº 0517/2013, dando resposta ao Requerimento nº 149/2013, do Sr. Alexandre da Silva Santos solicitando informações sobre barraca instalada no Ginásio de Esportes Caio Pompeu de Toledo que foi utilizada para o Dia do Desafio (valor e tempo do aluguel, etc...); 9. Ofício SEGOV nº 0519/2013, dando resposta ao Requerimento nº 155/2013, do Sr. Gerson Antonio solicitando ao Presidente da Câmara que convide o Sr. Prefeito Municipal para comparecer a esta Casa de Leis para dar explicações sobre o processo de sorteio das casas populares do Empreendimento Habitacional Jaguariúna I e II, do Projeto “ Minha Casa Minha Vida. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: Requerimentos: 1. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações referentes às lâmpadas queimadas das Ruas

de toda cidade; 2. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão solicitando a Expresso Metrópolis Transportes e Viagens Ltda, informar se a redu o do pedágio concedida no Sistema Ponto a Ponto, será repassada para as passagens nas viagens do percurso Jaguariúna-Campinas e vice-versa; 3. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando   CPFL Jaguari, transferir de local o poste da rede elétrica, localizado em frente da garagem da residência n  119, na Rua Zenaide Ferreira Machado, Jardim IK; 4. Do Sr. Adilson José Abrucez, solicitando   TELEFONICA – Telecomunica es de São Paulo S/A – VIVO, informa es referentes a cabos telef nicos nas Ruas Oito, Nove e Dez do Loteamento Parque dos Ypês; 5. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal, informa es sobre o Programa Bolsa Família; 6. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal informa es sobre qual o motivo da retirada das plantas do Parque Linear; 7. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal informa es sobre qual o motivo dos alunos de algumas escolas municipais não usarem uniformes escolares; 8. Do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal informa es sobre qual o motivo das praças e parques estarem em completo abandono; 9. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informa es e se há possibilidade de ampliar para às 21h00 o atendimento do Posto de Saúde da Vila Miguel Martini; 10. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando às Estâncias Metrópolis Transportes e Viagens Ltda, para que os ônibus que fazem a linha do Bairro Floresta possam ir até a Rua Airton Sena, no final do bairro; 11. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando às Estâncias Metrópolis Transportes e Viagens Ltda, para que os ônibus que fazem a linha Nassif/Centro, passem pela Rua Cel. Amâncio Bueno;

Indica es, lendo-se apenas as ementas: 1. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão solicitando ao Executivo Municipal feitura de um recuo na calçada da Praça dos Ferroviários, transformando-o em estacionamento 45 , nos trechos em frente das Empresa “Mingui & Aliche e Todeschini; 2. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão solicitando ao Executivo Municipal instala o de poste de luz na Rua Luiz Amaral, próximo ao n  280, no Bairro Florianópolis; 3. Dos Srs. Gerson Antonio – Gerson do Gás e  ngelo Roberto Torres – Neguita Torres solicitando ao Executivo Municipal feitura de estacionamento de 45  na Rua Laranjeira (fundos do Parque Maria Stela Bianco Torres), Br. Roseira de Cima; 4. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal constru o de calçada ou caminho de acesso para cadeiras de rodas e carrinhos de beb s, no Posto de Saúde do Bairro Roseira de Cima; 5. Do Sr.

Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal revitalização do asfalto em toda a extensão da Rua Amoreira, Br. Roseira de Cima; 6. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal substituição das lâmpadas queimadas em toda cidade, em especial no Bairro Terras da Capela de Santo Antonio; 7. Do Sr. Luiz Carlos de Campos solicitando ao Executivo Municipal pintura das lombadas existentes em toda a extensão de Avenida Pacífico Moneda; 8. Do Sr. Adilson José Abracez solicitando ao Executivo Municipal para que ao denominar o CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial, lembre-se da pessoa do Sr. Adelmo Carpi; 9. Do Sr. Alexandre da Silva Santos – Xanddy solicitando ao Executivo Municipal melhorias em toda a área do campo de futebol do Bairro de Guedes; 10. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal troca da trave da quadra poliesportiva da Praça Santa Cruz; 11. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal construção de lombada na Rua Victório Mathiuzzo, próximo ao nº 310, Br. Cruzeiro do Sul; 12. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal substituição das lâmpadas queimadas, nos postes da Estrada Municipal, Jaguariúna à Santo Antonio de Posse, sentido Bairro Parque Ana Helena; 13. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal limpeza da rede de esgoto na Avenida Pacífico Moneda; 14. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal limpeza do mato no bairro Floresta; 15. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal operação tapa-buracos nas Ruas Portugal, Uruguai e Itália, no Bairro Santa Cruz. Moção do Sr. William de Souza Silva - Zidane de congratulações e Louvor pelo Dia do Advogado, comemorado aos 11 de agosto. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado Nº 0004177/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde informando a liberação de recursos financeiros para o Município, no valor de R\$ 5.630,49; 2. Comunicado Nº 0004380/MS/SE/FNS - Fundo Nacional de Saúde informando a liberação de recursos financeiros para o Município, no valor de R\$ 223.753,24; 3. Ofício 04642/13-SUGTD/GECAR/DR/SPI da Agência de Correios e Telégrafos, dando resposta ao Requerimento nº 112/2013 do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando o motivo da não entrega das correspondências no bairro Vargeão, principalmente, na extensão da Avenida Pacífico Moneda, e quando irá iniciar tal serviço naquele bairro. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as Proposituras abaixo, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas

Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações referentes às lâmpadas queimadas das Ruas de toda cidade, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão solicitando a Expresso Metrópolis Transportes e Viagens Ltda, informar se a redução do pedágio concedida no Sistema Ponto a Ponto, será repassada para as passagens nas viagens do percurso Jaguariúna-Campinas e vice-versa, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando à CPFL Jaguari, transferir de local o poste da rede elétrica, localizado em frente da garagem da residência nº 119, na Rua Zenaide Ferreira Machado, Jardim IK, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Adilson José Abracez, solicitando à TELEFONICA – Telecomunicações de São Paulo S/A – VIVO, informações referentes a cabos telefônicos nas Ruas Oito, Nove e Dez do Loteamento Parque dos Ypês, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal, informações sobre o Programa Bolsa Família, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal informações sobre qual o motivo da retirada das plantas do Parque Linear, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal informações sobre qual o motivo dos alunos de algumas escolas municipais não usarem uniformes escolares, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Requerimento do Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy solicitando ao Executivo Municipal informações sobre qual o motivo das praças e parques estarem em completo abandono, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 9. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações e se há possibilidade de ampliar para às 21h00 o atendimento do Posto de Saúde da Vila Miguel Martini, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 10. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando às Estâncias Metrópolis Transportes e Viagens Ltda, para que os ônibus que fazem a linha do Bairro Floresta, possam ir até a Rua Airton Sena, no final do bairro, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 11. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando às Estâncias Metrópolis Transportes e Viagens Ltda, para que os ônibus que fazem a linha Nassif/Centro, passem pela Rua Cel. Amâncio

Bueno, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 12. Moção do Sr. William de Souza Silva - Zidane de congratulações e Louvor pelo Dia do Advogado, comemorado aos 11 de agosto, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres, comunicando que ordem de inscrição era a da Décima Sexta Sessão Ordinária visto ter-se esgotado o tempo reservado para tal, naquela sessão: pela ordem, tomariam a palavra os Srs. Alexandre da Silva Santos, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo e Rita de Cássia Siste Bergamasco, que a passaram; tomou a palavra o Sr. Rodrigo da Silva Santos que cumprimentou a todos, dizendo de deixar ali, de antemão, o seu voto ao projeto de Lei da Zona ZEEM, e que vinham há anos com essa briga, a população vinha requerendo de novo essa benfeitoria para eles; parabenizou ao Presidente da Comissão, ao amigo Romilson que eles batalharam juntos nesta empreitada, também parabenizou a todos os Vereadores que declararam voto em primeira discussão, na terça-feira anterior, no sim, em prol da população, e deixou, também, o parabéns a todos, e disse que a vitória era com certeza; agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que a passou, tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos, agradecendo ao Criador por mais um dia, por aquela sessão perante a representatividade na sociedade, e que gostaria de parabenizar aos homenageados, os membros da Ordem dos Advogados do Brasil, na pessoa da Dra. Maria Isabel Nascimento Marques, e a Dra. Mariana Erjants, e pediu desculpas pelo pronunciamento incorreto de seu nome, mas que não deixava de externar o carinho pela presença dela naquela sessão; ao nobre Colega Gustavo Durlarcher, que era advogado de carreira, a todos os advogados, aos garçons, aos estudantes, todos aqueles que tiveram naquele mês essa data comemorativa referente aos seus dias, sem se esquecerem dos seus criadores, seus pais, que lhes formaram, e que hoje estavam ali graças a este ato genético de seus pais, e por isso externou seus cumprimentos a todos os pais de Jaguariúna, e a todos os ali presentes, que eram pais ou que tinham pais; agradeceu, também, ao Colega Alex Silveira, vizinho, lá do grupo Traik, que desempenhava um esporte radical, perigoso, e que ele não teve coragem de praticar, mas era um esporte bonito, bacana, que foi impedido, lamentavelmente, de desenvolver aquele esporte por causa do problema das drogas, e que tinham um alto índice de drogas no bairro Colinas do Castelo, que não diferenciava dos outros locais, infelizmente, o problemas das drogas era um

câncer, não só no Município de Jaguariúna, mas em várias outras regiões do Brasil, e que esperava que eles conseguissem levar ao Executivo uma solução paliativa de consenso, para que eles pudessem desenvolver aquele esporte deles, e que estava ali seu apoio, agradeceu-o pela presença, por ter destinado o tempo dele em comparecer naquela sessão, e a todo o público ali presente, principalmente, aos Vereadores e que ele, lamentavelmente, teve uma sensação muito negativa referente aos nobres Colegas com uma decisão, mas tinha ficado esclarecido e ele não iria ali lamentar nenhuma decisão, porque eles tinham resolvido, no seu ponto ficou claro, e queria deixar claro para todos os Vereadores que eles tinham um compromisso de construírem juntos uma relação de longo prazo, baseado na transparência e na confiança, e que para ele era importante que eles reconhecessem o valor de suas ações que eram destinadas ao interesse público, ao interesse das pessoas, ao juramento que fez no ingresso de seu cargo de Vereador, sem interromper o trabalho de ninguém, que ele não se preocupava com a vida pessoal de ninguém, e sim com o compromisso, com o juramento que ele fez, e esperava ter o mesmo tratamento cordial, ressalvadas todas as situações que aconteceram, e que respeitava as decisões de cada Vereador que tivesse, de certa forma, se sentido lesado, e que não iria entrar neste mérito, e que esse era seu compromisso com todos, porque o seu interesse era público, era estar votando a favor do interesse público, não precisava negociar voto com ninguém, nem discutir, porque seu voto era aberto, declarado e manifesto, e esperava ter este mesmo tratamento, e que fosse respeitada sua decisão; se dirigiu a nobre Colega que teve um comentário, e que tinha conversado ali há pouco tempo do Partido dos Trabalhadores, e que gostaria de externar para ele e colocar, também, e que ele não iria ter a possibilidade de falar, e que ele gostaria de externar para ele que se ele quisesse, ele se inscrevesse na próxima tribuna para não ficar uma situação muito unilateral, e disse que ele tinha um respeito muito grande pelo Partido dos Trabalhadores, a todos os partidos, a todas as agremiações, respeitava a opinião deles, e que gostaria de declarar que a sua opinião, eles tinham uma história, eles tinham alguns compromissos de campanha, e que ele não se utilizava da expressão “em cima do muro”, e que suas decisões eram baseadas nos compromissos que ele fez durante a campanha, e que respeitava a decisão deles, que o Partido daquele senhor que era contrária à Administração, e que ele, Vereador Zidane, ia contra a Administração onde ele achasse que não era de interesse público, e o que ele achasse seria favorável em qualquer tipo de decisão, então, não era nem um comentário negativo, mas sim para explanar o que a pessoa tinha lhe questionado, que ele tinha respeito pelo Partido daquele

senhor, mas não podia assumir uma briga que não era dele, e que gostaria que aquele senhor respeitasse a sua decisão, e que estava à disposição para ouvir qualquer partido, e que não tinha nada contra o ex Prefeito, e o que ele achasse que era incorreto iria contra o ex Prefeito, sim, que essa era sua função de Vereador, e que ele cumpria a legislação, e que esperava que aquele senhor recebesse a informação de uma forma carinhosa, pediu desculpas dele não poder se manifestar naquele dia, mas ficava aberto ao esclarecimento, ao direito de resposta àquele senhor, de quem fosse do Partido dos Trabalhadores, e externou o seu carinho pelo Partido dos Trabalhadores, que eles tinham a Presidência da República, hoje, eleita democraticamente pelo povo, e que esse era seu consentimento pelo Partido dos Trabalhadores, pelo PMDB, e tantos outros Partidos; agradeceu pela atenção de todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Adilson José Abracez que cumprimentou a todos, e disse que gostava de dizer boa noite a todos os cidadãos de Jaguariúna, e que daí já ficavam todas as classes representadas, que compareciam na Casa, e que sentiam muito prazer em receber a todos, porque essa era uma participação importante; a seguir disse que sobre seu requerimento em relação à Telefônica, comentou que vinham observando, nesse caso das ruas oito, nove e dez do Parque dos Ipês, era que a Telefônica não estava conseguindo dar conta do recado, e disse de falarem o correto, que ela era uma concessionária, ela tinha que suprir as necessidades da região que ela pegou, que tinha a concessão, e ela estava substituindo onde ela não conseguia, por rádio, e que isso não vinha funcionando bem, e os moradores, principalmente, dessas três ruas, e tinha mais na Cidade, os novos casos, os novos telefones, estavam com uma dificuldade muito grande porque não conseguiam a transmissão da internet correta, e que aquele requerimento que ele fez ia uma via para a ANATEL para que ela visse se isto estava dentro da legalidade ou não, e que esta era uma questão muito importante; disse que outra questão que ele gostaria de enaltecer era que, apesar das divergências, apesar de toda, e era salutar a discussão, que tivesse divergência, que toda matéria fosse explorada, e que tinham que, realmente, manter o respeito e manter o espírito de cordialidade, que eles tinham que levar ali na Casa, que eles tinham que passar quatro anos ali juntos, e o que interessava, na verdade, para todos, era o interesse público, e que estava ali, também, seu apoio a esta questão que eles tinham sempre de trabalhar, quando acontecia qualquer coisa, tinham que procurar o apaziguamento, porque eles tinham um longo trabalho, e o trabalho era para a comunidade; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, agradecendo ao nobre Gustavo, representante do Governo, Gustavo Durlacher, que era Secretário de

Governo, as resposta aos requerimentos que a Casa vinha encaminhando para o Executivo, e que ele, prontamente, juntamente com os Srs. Secretários, não vinham medindo esforços para que as respostas chegassem a contento nesta Casa, elas estavam chegando, e na medida do possível, vinham dando aos Vereadores as informações necessárias para seus questionamentos, e muito agradeceu; lembrou, ainda, que anteriormente, nas legislaturas antigas, as respostas não vinham, e começaram a vir há pouco tempo atrás, e que ficava muito grato que as administrações tinham esse carinho para a Casa, e agradeceu; a seguir, lembrou a todos, que iria marcar uma reunião no dia dezanove, na segunda-feira, dia dezanove, às dezanove e trinta horas, e como haviam muitos requerimentos com questionamentos a respeito da habitação do Município, a entrega das habitações populares, do Jaguariúna Um e Dois, da Estrada do Japonês, e que foi solicitado pela Rita, mesmo com os membros da Comissão de Meio Ambiente, Uso e Ocupação do Solo, haja visto que eles não tinham uma Comissão específica de Habitação, para que eles pudessem fazer esta reunião juntamente com os representantes do Executivo Municipal, com a Caixa Econômica Federal e com a Empresa CPF, que era a empresa que ganhou a licitação para entregar tais obras; disse de deixar marcado ali aquela reunião, e solicitou à Secretaria que fizesse a distribuição dos convites para que ela pudesse ocorrer no dia dezanove, às dezanove e trinta horas; a seguir, ressaltou, também, como o nobre Vereador Zidane tinha dito ali ao munícipe que se encontrava na plateia, a Tribuna Livre não era feita para interpelar qualquer tipo de Vereador e sim para trazer questionamentos a respeito da sociedade, e que ela poderia ser usada, mas não iria permitir que interpelasse o Vereador, de suas opiniões, e que achava que ele tinha que discutir isso pessoalmente com ele lá, e que a Tribuna Livre não tinha sido feita para isso; disse de aproveitar, também, a oportunidade e dar uma resposta aos seus Pares a respeito da matéria veiculada no Jornal Gazeta Regional, e lembrou ao nobre Colega Zidane, que tinha uma fala dele lá que dizia, que ele, Alfredo Chiavegato Neto, não trabalhava em prol do Município, e que depois o mesmo já tinha justificado, e que gostaria que o mesmo justificasse no Plenário para que, realmente, ficasse claro para toda população, e disse que, para começar, se o Jornal tentou falar com ele, tentou de uma forma que ele não sabia qual, se foi por telefone ou não, não teve contato com qualquer jornalista daquele Jornal, nem queria ter, e que o Jornal tinha um compromisso com uma empresa que todo mundo sabia, que iria ser votados os interesses econômicos dela, que era a Zona ZEEM, e que estava dizendo ali, que se o jornal o procurou para dar respostas àquela matéria, disse que se ele tentou encontrá-lo, não sabia de que forma, porque não teve nenhum

contato, nem nesta Casa, nem em sua casa, nem no seu escritório, enfim, e que ele não teve a oportunidade de falar a respeito da matéria que aconteceu e foi publicada; disse que tinha ficado, logicamente, chateado, por não ter tido a oportunidade de dar uma resposta condizente àquilo que foi publicado, mas disse que a Câmara Municipal, os convite para as reuniões feitas em Plenário, onde se convidava mais pessoas para participarem, partia do Presidente, qualquer Vereador poderia fazer isso, uma reunião na Casa, desde que solicitasse o Plenário e tivesse a reunião de sua inteira responsabilidade, mas onde havia o comprometimento de convidar a todos os Vereadores, assim como a sociedade representativa do Município, cabia ao Presidente convidar; disse que tinha sido informado da reunião às cinco horas, por volta de meio dia e meia, se não enganava do horário, assinou a informação que tinha que passar do recebimento, e naquele momento, achou mais prudente não convocar essa reunião por, realmente, não ter consultado todos os pares, e que não teriam reunião de Comissão naquele dia, pois sabiam que alguns Pares tinham agendado alguns outros compromissos, por fim a reunião aconteceu na Casa, não teve toda participação que gostariam que tivesse, mas ela existiu; disse que a Casa estava aberta, se fosse consenso dos Pares, das Comissões, solicitar uma nova reunião, assim seria feito, e disse, realmente, ao Jornal que ele ficava muito entristecido com a conduta de fazer uma matéria daquele vulto, onde se lidava com vidas, e, logicamente, dava-se a entender que ele não fazia a mínima para aquilo que foi perdido, que foram aquelas três vidas, e disse que ele ficava muito emocionado e poderia de uma certa forma dizer que essa família merecia todas as respostas possíveis para tentar acalantar essa perda tão grande que eles tiveram; sabia que o Vereador esteve no Hospital, sabia que Vereadores estiveram na casa dessa senhora para tentar mostrar a ela o interesse desta Câmara, mas achava que nem tudo para ela foi suficiente; disse esperar que o tempo acalmasse sua alma, e as respostas viessem paulatinamente para que ela pudesse ser um pouquinho mais acalentada, mas ficava aí sua indignação ao Jornal, e que gostaria de dizer que ficou muito entristecido mesmo; agradeceu. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento

Silva e William de Souza Silva. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: primeiramente, dos Srs. David Hilário Neto, Luiz Carlos de Campos, Fábio Augusto Pina, Romilson Nascimento Silva e Luiz Gustavo Gothardo foi apresentado requerimento verbal para que o Projeto de Lei nº 031/2013, dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Ângelo Roberto Torres, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Comunitária de Jaguariúna – Rádio “Nova Sertaneja – FM 105,9”, fosse apreciado em única discussão naquela sessão; em discussão e em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Fábio Augusto Pina como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do parecer do Relator Especial designado; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 031/2013, dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Ângelo Roberto Torres, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Comunitária de Jaguariúna – Rádio “Nova Sertaneja – FM 105,9”. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a” § 1º, do R.I.). Em discussão pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que teceu algumas palavras a respeito daquele projeto, que era de sua autoria e do nobre Vereador Ângelo Roberto Torres e que nada mais era do que um reconhecimento da Casa a essa Rádio que desde noventa e nove, ou noventa e oito, vinha desenvolvendo um trabalho cultural no Município, uma Rádio que levava as informações, levava a cultura da área sertaneja, prestava um serviço de utilidade pública do Município, e que muitos eventos eram feitos pela Rádio, tinha um espaço aberto para que todo mundo ali pudesse usufruir desse espaço, levar à Comunidade as suas informações, e que em nome do Billy que estava ali presente, e alguns outros membros da Rádio, e esperava e tinha certeza que a Casa iria aprovar aquele projeto que nada mais era que um reconhecimento torná-la de utilidade pública, e que através desse ato o Município pudesse além de usá-la, como já se usava, para passar as informações aos seus ouvintes, pudesse ajudar a manter aquela Rádio de uma forma boa para a sociedade, e que sabiam que ela tinha feito até então; disse esperar que aquele anseio que estava sendo proposto naquela hora, pudesse ajudá-la, e muito; a seguir, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos mais uma vez, parabenizando aos nobres Colegas parlamentares pela iniciativa do projeto, parabenizou ao nobre Colega Billy pela reivindicação, por essa conquista, e que sabia que não era de hoje essa luta pelo reconhecimento de utilidade pública e que sabiam a consequência jurídica que uma entidade tinha perante a sociedade, todo ordenamento jurídico

quando ela era reconhecida como utilidade pública ela conseguia ter outros olhos perante a Administração Pública, recebia recursos e melhorava sua qualidade, seu desempenho, e esperava que seu simples voto fosse de grande valia para eles, e externava aos demais membros integrantes da Rádio, por toda a história, e parabenizou essa Rádio e que ela não perdesse sua função social, e que conhecia bem a história dessa Rádio, que era de muitos anos, e que desenvolveu um papel social de comunicação, de levar à Sociedade as informações, também, muitas vezes abriram momentos de determinada situações para que os munícipes fossem lá e reivindicassem seus direitos, e que era um processo muito bonito e importante para a sociedade, que qualquer meio de comunicação fosse aberto para que a sociedade explanasse e reivindicasse seus direitos; parabenizou à Rádio, parabenizou aos nobres Colegas que entendessem positivamente e votassem favoráveis, respeitando os que não votassem favoráveis, e que ficava aí seu posicionamento e pediu para que externassem aos outros membros da Rádio; agradeceu pela atenção de todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos, agradecendo a cada um que comparecia naquela sessão, e que gostaria de estender as palavras do nobre Presidente, do nobre Colega Zidane, na questão daquele projeto deles para utilidade pública da Rádio Nova Sertaneja, cento e cinco vírgula nove; disse que ele era testemunha viva dessa Rádio, foi lá que ele iniciou sua carreira de locutor, e queria agradecer mais uma vez, primeiramente, a Deus, ao Billy que muitas vezes o acolheu lá, e essa Rádio, realmente, vinha fazendo um trabalho especial a toda a população, a toda a cidade, quer fosse na divulgação de comunidade, quando eles batiam na porta, quando ele era procurado para gravar, o Billy deixava o que estava fazendo para eles gravarem, festas de comunidade, enfim, tudo aquilo que pudesse contribuir para a população, e pediu aos nobres Pares que acatassem esse projeto, para que eles pudessem auxiliar ainda mais essa Rádio que já fazia parte da história de Jaguariúna, e que Jaguariúna era uma cidade “Bonita por Natureza”, voltada para suas riquezas, principalmente, voltada para o mundo sertanejo e essa Rádio que era cem por cento sertaneja; parabenizou ao Billy, ao André Ricardo, que estava na Casa e foi seu companheiro na Estrela FM, também, e mais uma vez parabenizou a toda a equipe da Nova Sertaneja, e disse que a Casa estava aberta, e eles estavam sempre discutindo a questão de todos, e agradeceu a todos; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que disse de abrir um parênteses, dizendo que só quem convivia com a Rádio sabia da paixão que eles, seus membros, tinham por qualquer meio de comunicação, principalmente, com a Rádio, e percebia-se que

as pessoas que por ali passaram, que ali sempre foi um instrumento de divulgação, da boa informação, e que ela nunca foi usado de forma equivocada, de forma errônea, mas principalmente, de prestar um serviço a contento à população; disse que como se dizia, confirmou com o Billy, que a Rádio era uma Associação Comunitária, e que falavam que ele, Alfredo Chiavegato Neto, era dono da Rádio, e o Billy era testemunha disso, e que ele nunca foi lá para fazer nenhum tipo de campanha ou política em cima disso, sempre ajudou a Rádio a se estabelecer no Município, e a cada vez se firmar mais, e que sabia que as dificuldades iam aumentando cada vez mais, e esperava que a Rádio, a partir desse momento, pudesse alçar vãos maiores no entretenimento à Comunidade; disse que esperava, realmente, que eles estivessem sempre com as portas abertas para aquelas pessoas que se apaixonassem por este tipo de atividade pudessem fazer ali um aprendizado, e que sabiam o quanto era bonito fazer sua voz chegar até quem quisesse ouvi-la; parabenizou mesmo, dizendo que sabia que como o Neguita, o Trivela, Billy, o Edinho, Renato Zadi, enfim, tantas pessoas, Zé Orlando, Edison Klinc, enfim, tanta gente que usou daquele espaço para fazer um trabalho para que a Rádio, realmente, se mantivesse na Comunidade; disse que não era fácil ter uma Rádio Comunitária, e que sabia das dificuldades, das solicitações junto ao Senado Federal para que isso ocorresse, e que já tinham, as dificuldades para se manter, e esperava que a sociedade pudesse, de uma certa forma, ajudar; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que cumprimentou a todos, em especial a todos os radialistas presentes, dizendo que algumas vezes acompanhou o trabalho do Billy, e ele lhe falava das dificuldades, e esperava com aquele projeto a facilidade viesse, um ótimo trabalho que eles vinham desenvolvendo há vários anos, e disse que ele era favorável ao projeto; desejou boa noite; a seguir, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu, novamente, a palavra dizendo de deixar claro que ele fazia parte da Associação e que saiu da Associação justamente para que o projeto pudesse entrar na Casa, porque existia uma incompatibilidade do Vereador fazer parte dessa Associação, e receber uma utilidade pública não ficaria condizente, e que daí saiu da Associação para que, realmente, eles pudessem apresentar o projeto. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 031/2013, dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Ângelo Roberto Torres, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Comunitária de Jaguariúna – Rádio “Nova Sertaneja – FM 105,9”, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Em seguida, em Única Discussão foram apreciados: 1. Processo CM nº 049/2013, do Executivo Municipal, Veto total oposto ao Projeto de Lei nº 021/2013 do Sr. William de Souza Silva, que institui a “Semana Municipal de

Prevenção, Conscientização e Combate ao Uso de Drogas, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XIII do R.I. para rejeição do veto). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, com exceção da assinatura do Vereador Alexandre da Silva Santos, Vice-Presidente. Em Discussão pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva, dizendo que antes de iniciar a fala dele, ele gostaria de agradecer todo o público lá presente que de certa forma tinha gerado uma expectativa relacionada àquele tema que eram as drogas, e que as drogas era um câncer que afetava todos os sistemas, de todos os níveis, não respeitando classe social, nem respeitando local para ser atingido, então ele, no seu ponto de vista, desde a iniciativa para tentar realizar aquele trabalho e aquele projeto, tinham sido quatro meses de estudos, seis anos de trabalho dentro do departamento de investigações sobre narcóticos de São Paulo e na divisão de educação e prevenção, e ele tinha tido a oportunidade de participar em vários municípios das criações de COMADS, e que, coincidentemente, naquela noite eles teriam a aprovação de um projeto de COMAD que ele achava muito importante, mas coincidiu justo com aquele veto, e ele aproveitava para agradecer a presença do Sr. Amilcar e da dona Maria Helena que trabalhava na Aliança da Misericórdia, no tratamento de dependentes químicos, que cuidava de crianças abandonadas e idosos, o Pastor Manoel que também tinha um trabalho social bonito lá na Igreja Assembleia de Deus, e ele tinha problemas de drogas lá na entidade dele, então, ele gostaria de pedir, acima de tudo, responsabilidade no voto de cada Vereador, se eles pudessem, mas não para ele que tinha o autor daquele projeto, mas para a sociedade porque o voto não era para ele e aquilo não o confundia de forma alguma com nenhuma afronta ao Prefeito, e ele não tinha afronta nenhuma, mas ele tinha liberdade, e eles estavam em um estado democrático de direito para questionar ações e atitudes, e ele não via fundamentação para de repente, eles mudarem de opinião, tiveram, ele escutou os Vereadores nas reuniões de comissões, ele teve o respaldo de vários, inclusive do colega Guga na aprovação na propositura, no momento da discussão, e uma série de fatores que ele não gostaria de expor lá, mas que ocorreram lá no decorrer daquele projeto, e de repente aquele projeto ele ia lá no veto, ele gostaria de esclarecer para a sociedade que o Poder Legislativo não tinha subordinação ao Executivo, eles eram livres para decidir as suas ações, e ele via, se fosse iniciativa de qualquer Vereador a responsabilidade dele no voto, ele achava que não era afronta ao Executivo, mas eles estavam lá para serem justos e votarem de acordo, que não era o interesse público, e fundamentações; infelizmente, eles sofriam com

alguma precariedade de recursos, condições para desempenhar o trabalho de Vereador, e ele gostaria que cada Vereador tivesse um jurídico específico para poder ter aquela independência; disse que ele teve o prazer de encaminhar aquele veto para vários advogados experientes para analisar a posição dele, será que ele estava realmente errado naquela situação, perguntou; mandou um ofício para a Ordem dos Advogados e tinha na Casa, naquela noite e tinha um parecer favorável, independente, ele não tinha feito um pedido para aquela entidade, e ele abriu a discussão para a sociedade, então, com todo o respeito, ele não poderia deixar um trabalho ser jogado no lixo, independente da ação do Executivo, na criação do COMAD que não se confundia com isso, eles tinham várias semanas criadas pelo Município, tinha a semana de autoria do ilustríssimo senhor Presidente, que dispunha sobre a inclusão de eventos e a encenação da peça “A Paixão de Cristo”, a “Caminhada Ecológica Amigos do Salvador”, no calendário oficial, era um evento que acontecia todos os anos, a Prefeitura apoiava aquele evento, então, estava incluída no calendário oficial, tinha a lei dezesseis cinco três do Prefeito, então a Secretária de Saúde, na época, a Vereadora Maria Auxiliadora Zanin, na época no partido do nobre colega Neguita, no PCdoB, instituiu a Semana da Mulher entre outras providencias, uma semana que discutia que era importante para o Município, a lei dezessete noventa dois mil e oito, do Prefeito Tarcisio, da Maria Auxiliadora Zanin, que instituía a Semana da Bíblia, ele achava que atendia lá todos os pastores, os evangélicos, todas as pessoas que discutiam a Bíblia, e estava criado lá em um calendário oficial; disse que tinham a lei catorze sete dois de dois mil e três, também do prefeito Tarcisio, na época de autoria do Vereador Valdir Antonio Parisi, instituindo no Município, a semana de prevenção do câncer de mama, uma doença importante, uma doença que estava atingindo várias mulheres e estava lá incluída, e ele ficava triste porque ele não queria atropelar, e em momento algum ele quis atravessar a competência, ele quis fazer o papel do Executivo, porque o papel dele era como Vereador, junto ao senhor Prefeito, e ele teve lá a oportunidade, conversou com o Prefeito, conversou com o Jurídico, expos as suas ideias, e ele achava que, independente dele que estava falando, ele pedia responsabilidade no voto, no mínimo, uma fundamentação, não para ele, porque aquele projeto não era para ele, mas para a sociedade, e qualquer ação relacionada às drogas, independente de quem fosse, merecia o apoio deles, e aquela semana iria levar vários benefícios para a sociedade de Jaguariúna, ela ia de encontro à Legislação Federal ante drogas, e tinham a possibilidade dentro do legislativo, naquela semana, de discutir com a sociedade, de levar para as clínicas, de realizar um curso importante que estava

lá, pelo Governo do Estado e pelo DENAC, que era o curso de agentes multiplicadores na prevenção, onde se destinavam certificados para a sociedade, tinha várias ações, então, ele pedia para todos os Vereadores, porque, infelizmente, ele não gostaria de sair de lá, ele gostaria que todos respeitassem a opinião dele, com aquela triste situação, porque eles aprovaram aquilo em duas oportunidades, e de repente eles mudaram a opinião fundamentada no que, se eles tinham lá todos os requisitos para aprovação, e ele pedia para todos que dessem aquela oportunidade para a sociedade, e não era para ele, e que o Prefeito entrasse com ação direta de inconstitucionalidade, e juízes togados, que eram formados para isso, que julgassem a constitucionalidade daquela lei, e daí, sim, declarassem e ele não queria menosprezar o conhecimento de nenhum dos Vereadores, e que eles entendessem como um simples ato humilde, mas juízes especialistas tivessem a possibilidade de dizer que estava errado, e que a Câmara estava errada, que a lei era inconstitucional, e daí, então, eles respeitariam o parecer do Jurídico; disse que tinha um Jurídico na Câmara e que não era nenhuma alusão negativa àquele Jurídico mas, também, se manifestou no momento correto, então, ele pedia a todos aquela compreensão, aquela responsabilidade naquela situação e, principalmente, com um simples ato de aprovação daquela lei eles poderiam lá dar aquele benefício para a sociedade, e a instituição da semana municipal de prevenção das drogas, ela não ia beneficiar o Vereador Zidane, não, ela ia beneficiar várias pessoas e o Executivo e o Jurídico tinha sim, a possibilidade de vetar parcial se fosse o entendimento que nem alguns Vereadores questionaram, e o próprio Jurídico da Câmara tinha colocado um artigo, e se o Prefeito vetasse parcial ao artigo, a semana estaria instituída, mas vetar total um projeto, eles só teriam a possibilidade colocá-lo em pauta de novo, depois de um ano, então lá., independente de partido político, independente de situações, ele acha que todos os Vereadores tinham questionamentos referentes aos problemas das drogas e ele lá, na função de Vereador se sentida desmerecido de ter tido quatro meses de estudo pra criar uma lei, de fazer parte, de ter tido o contato com cada Vereador e ver aquela opinião mudada, e se ele tinha desagradado aos Vereadores, em qualquer situação, ele pedia desculpas, mas, ele pedia lá para eles favorecessem os interesses públicos, para que eles votassem com a sociedade, para que eles votassem contra as drogas e dessem a opinião deles de combate ao uso de drogas e o voto contrário deles e ele respeitava os demais vereadores, e aquela era a opinião dele sobre o voto e ele pedia o voto favorável, e ele gostaria de dizer ao nobre colega Xanddy que fazia parte daquela Comissão de Constituição e Justiça, que era uma Comissão

importante, que falava da inconstitucionalidade, se aquele era o entendimento dele, se ele entendia aquilo e se tinha participado daquele veto lá que no dia anterior tinha sido apresentado, porque ele gostaria de rever todos os seus estudos jurídicos e voltar atrás e sempre contar; agradeceu à Ordem dos Advogados, por favorecer a ele, dizendo que ele gostaria de deixar à disposição o parecer daquela entidade que seria importante para aquele voto; pediu desculpas pelo desabafo e a emoção naquela situação porque tinha sido trabalhoso montar aquilo e ele ficava triste quando ele se dedicava a uma situação e via o seu trabalho jogado pelo lixo; e aquela era a sua informação e agradeceu a atenção de todos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abruhez, dizendo que ele gostaria de, naquele momento, manifestar o seu voto, dizendo que ele era favorável ao veto e o nobre Vereador deveria se lembrar muito bem que quando eles fizeram a reunião das Comissões, eles questionaram juntos, e não era uma área específica dele, então ele tinha que se respaldar ao Jurídico e ele se respaldou ao Jurídico da Câmara, e perguntou sobre a questão, se existia a possibilidade daquele projeto ser vetado, devido ao vício da iniciativa, quanto a atribuir funções ao Executivo, então, o Jurídico da Câmara disse que poderia haver uma possibilidade real do projeto ser vetado, então, na época, claramente, o Vereador deveria confirmar depois, ele disse que ele apoiaria porque o mérito era bom, o mérito era grande, a iniciativa era grande, ele aprovava, ia aprovar, mas se chegasse com o veto, ele ia acatar o veto porque ele era um homem da legalidade e a Casa era das leis, e a Casa de Leis trabalhava dentro da legalidade e era lógico que cada um ia defender e o mérito final cabia sempre ao juiz, e como ele estava convencido dentro da sua ignorância, mas se respaldando aos dois funcionários do Jurídico, também formados, advogados, então se respaldando com eles, já na época, e o Vereador Zidane deveria lembrar bem, que ele tinha falado que ele ia apoiar porque o mérito era bom, a iniciativa era boa, ele ia apoiar naquela questão do mérito, mas a questão, se ele fosse vetado, ele acataria o veto, então, que ficasse sempre entendido para a população de Jaguariúna, que eles não estavam contra o mérito do projeto, mas ficaram na dúvida e ele tinha de tomar uma decisão, era um Vereador, tinha sido eleito, e tinha de tomar as decisões, ele não poderia ficar em dúvida, então, o seu voto era favorável ao veto por isso, não contra a iniciativa de se trabalhar contra as questões das drogas; disse que ele gostaria de dizer ao Vereador Zidane, que como eles estavam naquele momento, tinha entrado o COMAD, que era totalmente relacionado àquele assunto, então, para ele não interessava, também, se tinha sido uma coincidência ou foi uma reação a iniciativa do Vereador, e aquilo que era importante, porque se tivesse sido

uma reação, ele não tinha perdido o trabalho, foi uma iniciativa que tinha provocado uma reação e aquela reação ia acabar, também, produzindo uma ação, então, eles acreditavam que a iniciativa tinha vício, ela teve o mérito de provocar aquele projeto do COMAD; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Gustavo Gothardo, que cumprimentou a todos, dizendo que ele queria, como ele tinha sido citado, e que o Adilson tinha estado lá antecedendo sua fala, e lembrou que conforme orientação do Jurídico, ele disse que já tinha até falado com o Prefeito e que bancaria o processo, o projeto, daquela forma e que estava tudo certo, e que ia, mas que o Jurídico já tinha dito que estava gerando atribuições nas Secretarias, e eles ficaram em dúvidas naquele ponto, e de qualquer forma, pelo trabalho dele, eles apoiaram o projeto, ele não tinha nada quanto ao mérito, e como o Adilson mesmo já tinha dito, ele achava que era de suma importância, as drogas estavam em todos os lugares, mas eles extrapolarem, também, a competência, ele achava que não ficava certo, e, também, se o Executivo fizessem em cima da Câmara, ele achava que, também, eles não iriam gostar, e não seria justo, então, ele achava que como o Adilson já tinha dito, eles se comprometeram a votar a favor do projeto, mas, naquele momento, ele também acatava o veto, por questão de princípio; em seguida, fez uso da palavra o Sr. Presidente que mais uma vez cumprimentou a todos e disse que ele só gostaria de tecer alguns comentários a respeito daquele projeto, e que ele desde que assumiu aquela Casa ele tinha se preocupado com as leis que eram de iniciativa exclusiva do Executivo e leis que eram exclusivas de iniciativa competente, que eram de iniciativa tanto da Câmara quanto do Poder Executivo, que no caso era o Prefeito, porque, como tinha sido citado alguns projetos lá que ele tinha sido autor e tinham sido aprovados, ele teve dezenas de projetos lá vetados, também, então o que era bom deixar claro, que era para a sociedade saber, também que, Vereador não podia apresentar projetos que gerasse despesa para o Executivo, e se apresentasse, tinha de ter a fonte de recursos para poder suprir a despesa que iria ocasionar, aquele era um ponto primordial de um projeto de lei, e não poderia gerar atribuições à Secretaria, ou seja, dizer a Secretaria o que ela deveria fazer e o projeto tinha sido bem claro naquele sentido e tinha sido aonde o Executivo tinha criado, dado o seu veto, então ele tinha dito lá “in off” aos colegas e ao próprio Vereador Zidane para criar-se somente a Semana de Combate às Drogas, só aquilo e deixasse que o Governo, o Executivo, regulamentasse a legislação e daí sim, ele tinha a certeza de que o projeto ia prosperar, mas como Vereador Adilson tinha dito lá e muito bem, talvez a iniciativa do nobre Vereador tivesse causado uma reação junto ao Executivo, da qual tinha enviado a Casa na semana passada, um projeto de lei

que criava o Conselho Municipal anti drogas, e toda a política municipal, era bom ressaltar lá que toda a política municipal, fosse ela na Educação, na Saúde, em todas as esferas que existiam as áreas determinadas, haviam conselhos atuantes, e toda a política era traçada, primeiramente, no Conselho, daí o Conselho sim, remetia à sociedade, através do aval do Conselho, então, a criação do Conselho ia dar, também, respaldo que aquela semana de combate às drogas, que era o que o nobre Vereador queria apresentar, fosse criada em determinada época e que tipo de ações fossem feitas para que, realmente, aquela semana acontecesse e prosperasse, então ele queria dizer que, como o projeto dele, se o veto fosse acatado, ele poderia apresentar logo no início do ano, e ele tinha a certeza de que ele criando a semana ou inserindo a semana no calendário oficial do Município, e ele dava até como sugestão ao Vereador Zidane para que pedisse um aval do Conselho, para que referendasse a semana da qual ele queria instituir, num dia tal, do mês tal, para que, realmente, aquilo ocorresse, para que através do Conselho, dos Órgãos lá representados, pudessem elaborar ações que pudessem atender àquela demanda que ele sabia que, realmente, era importante para a sociedade, e que, em nome de todos, ele sabia que quanto ao mérito ninguém era louco de ir contra, mas com relação à legitimidade, à legalidade, ele, também, não votava naquele projeto, não tinha votado naquele projeto de lei, e votaria favorável ao projeto de lei e votaria favorável ao veto, também, por uma questão de princípios, e ele tinha até, de uma certa, forma cobrado muito aquilo dos Vereadores, porque o processo de constitucionalidade era muito chato, era burocrático, às vezes estavam usando o sistema jurídico para decidir uma questão que demandava muito tempo e que não resolvia nada para a sociedade, era um simples vício de iniciativa, então, cabia, novamente, apresentar aquele projeto no início do ano, conversar com o Executivo com a referenda do Conselho, e ele tinha a certeza de que o projeto iria prosperar e que de uma certa forma ele tinha ressoado na sociedade, alguma coisa tinha acontecido e ele esperava que continuasse acontecendo; então, estava lá a sua opinião; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que cumprimentou a todos e disse que ele queria deixar claro que a conversa que ele tinha tido com o nobre Vereador Zidane no começo da sessão estava de pé e que seu nome tinha sido citado, mas ele não assinou, então, ele era desfavorável ao veto do Prefeito e favorável ao projeto, e ele pediu desculpas aos Vereadores, dizendo que ele tinha participado da reunião, pesquisado com o Jurídico da Casa e ele estava indo contra eles porque ele tinha deixado claro que se voltasse do Executivo, ele iria a favor do veto, mas como ele tinha dado a sua palavra ao nobre Vereador, ele ia cumprir a palavra

dele; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. William de Souza Silva, dizendo que o nobre colega Vereador Xanddy, ele se reportava a ele falando que o Vereador não tinha entendido o que ele quis dizer, e que ele quis justamente provocar aquela discussão com ele, e justamente ele ficou pasmo de ver o nome dele constando em uma Comissão importante que decidia a inconstitucionalidade do projeto, e o senhor Vereador Xanddy tinha se reportado a ele de uma forma contrária, então, com todo respeito a ele, disse que não tinha sido nenhum fato negativo na pessoa dele, e sim para exaltar aquela discussão; agradeceu a todos que o antecederam pelas palavras, dizendo que ele ficava contente que de uma certa forma ele tinha atingido o fim, tinha estudado o projeto, teve a mesma recepção de todos os Vereadores; agradeceu os momentos, e todos os Vereadores se colocaram a disposição do projeto, mas ele não poderia lá deixar de colocar a sua opinião que, naquele momento, ele fazia parte do Poder Legislativo e se um dia ele fizesse parte do Poder Executivo, ele não mudaria a sua opinião, e ele continuava questionando a situação da inconstitucionalidade, que não tinha nada a ver com a situação dos COMADS, do COMAD que tinha sido criado, no seu ponto de vista, até os pareceres que eles usavam, ele tinha se sentido ofendido, com respeito ao Departamento Jurídico da Câmara, ele tinha se sentido ofendido pelo; naquele momento o senhor Presidente solicitou um aparte ao nobre Vereador, dizendo que o Jurídico da Câmara só dava um respaldo, uma orientação, e que o parecer era feito pelos membros da Comissão, e que coincidentemente eles procuraram manter membros naquela comissão, o nobre Vereador Fábio Augusto Pina que também era advogado, o nobre Vereador Luiz Gustavo Gothardo que também era bacharel em Direito e representando o PMDB o amigo Xanddy, então havia uma orientação, o voto lá eles procuravam ir pela legalidade do projeto, mas o voto era político e eles sabiam lá que quantos pareceres eles tiveram lá contrário, mas mesmo assim tinha ido para Plenário com o voto contrário, mas com o parecer jurídico correto, e eles procuravam pautar nas Comissões, mas o voto cabia a cada um votar, e a opinião era, realmente, de cada um, e ele estava certo de externar a sua opinião, mas a Comissão tinha de opinar pela legalidade, se o projeto era constitucional ou não era, e o veto era coerente, porque vinha embasado do Executivo, então, eles tinham de respeitar, e a questão lá eram opiniões diversas, tinham de respeitar, mas baseados em atos de pessoas que transcreveram algo dentro da legalidade; o senhor William disse que até ele agradecia aquela explicação, a clareza de deixar bem claro que o voto era político, e ele ficava triste que, infelizmente, a discussão lá era jurídica e ele se fundamentava na discussão jurídica e com todo o respeito, ele voltava lá atrás a

todo o jurídico do Executivo e até ao jurídico daquela Casa, mas ele não poderia deixar de externar que tinha chegado um veto para eles analisarem, inclusive com questões de analogia, quando eles utilizavam a analogia como forma de parâmetro de um julgado, a analogia eram totalmente de criações de programas, coisa que não tinha sido a sua intenção, e ele tinha deixado claro para muitos vereadores lá, que tinham sido três julgados citados de analogia, uma delas do município de Guarulhos, que dispunha sobre a criação de programa de fomento ao teatro e dança, matéria que cuidava de gerenciamento administrativo, não tinha nada a ver com a inclusão de Semana e o outra ementa constitucional, vício de iniciativa, dispunha sobre autorizar o programa a criar um programa de agendamento com o transporte para tratamento de doenças na cidade e ele não tinha falado sobre aquilo, com todo o respeito ele explanava lá para todos os Vereadores, e a terceira falava que instituía o programa de prevenção da saúde denominado Semana Municipal, e ele não quis criar programa, ele quis instituir a Semana de Prevenção ao Uso de Entorpecentes e existiam outras semanas lá e o mesmo critério não tinha sido utilizado, e ele respeitava todos os votos contrários, mas ele não ia mudar a sua opinião, porque muitas semanas tinham sido criadas no Município, então, ele ficava triste porque o voto era político e ele ficava fraco, enfraquecido, e ele estava em uma situação de desigualdade, em brigar e precisava de maioria para aprovação e ele não iria ter, porque aquela era a questão política e a sua realidade, de minoria, de querer apresentar aquele projeto, mas ele não queria despertar nenhum sentimento negativo nos Vereadores, e ele, simplesmente, gostaria da questão de leitura, o veto estava lá, tinha sido colocado à disposição de todos, o embasamento que tinha sido criado no projeto, eles receberam, a regra reservada, iniciativa do Poder Federal, e devido à estreita vinculação com o princípio da independência, e obrigatória pelos Órgãos do Município, nos termos da jurisprudência “in verbis”, e era a jurisprudência que o Executivo tinha entendido com razões fundamentais para vetar, então, aquilo que ele queria deixar claro para todos, e ele gostaria que todos entendessem que quaisquer questionamentos perante a sociedade, perante a Ordem dos Advogados do Brasil que tinham sido consultadas, não tinha sido ele que tinha citado, eram opiniões, públicas, que eles tinham as decisões deles, e elas eram tornadas públicas, então, ele tinha de defender o cargo de Vereador, de defender qualquer iniciativa, que era a ideia dele de ir lá, parar, propor, não era de iniciativa do Executivo, era, sim, da Câmara Municipal, e ele tinha de fazer, não queria fazer daquela forma, o artigo terceiro do projeto falava que a Secretaria Municipal da Saúde poderia firmar parcerias com as outras

Secretarias e ele não via custo no projeto, não destinava custo nenhum, diferentemente de outras semanas que foram criadas, então, era uma questão de leitura e não era ele que estava falando, estava lá, todo aquele tempo para todos os Vereadores, então, ele mantinha a colocação dele, pedia que os Vereadores reanalisassem os entendimentos deles, e não era ele que tinha colocado lá e estava dentro do veto do Executivo as matérias utilizadas em julgamentos como analogias, então, aquela era a sua fundamentação no veto e eles tinham de dar credibilidade lá, ele não era melhor do que ninguém, e ele preferia se colocar em uma situação inferior a todos, mas ele se preparou para estar lá e ele tinha responsabilidade em qualquer projeto que eles colocassem lá, ele iria fazer o máximo e mesmo que ele não tivesse tempo para analisar, com a maior tranquilidade possível, ouviria outras pessoas para votar com consciência, e ele não gostaria de sair daquela sessão, naquele dia, com aquele sentimento negativo que as suas colocações não tinham sido colocadas em pauta, e o projeto era constitucional, ele não dava atribuição à secretaria nenhuma, ele não gerava custo nenhum do Executivo e ele gostaria de falar à nobre colega, membro da Ordem dos Advogados, que colocasse depois, mesmo que fosse desfavorável, à disposição aquele parecer, outros advogados se manifestassem sobre o assunto, se ele fosse vencido, a amizade e o respeito com todo mundo continuaria da mesma forma, e se ele fosse favorável, ele agradecia aquele voto para a sociedade e não era para ele, ele finalizava lá o seu voto favorável ao projeto, que era constitucional, sem gerar custos ao Município, e de pleno preenchimento a todos os requisitos legais e possíveis, para que todos os Vereadores fossem e fizessem e dessem início naquela Casa, agradeceu a todos que o antecederam, ao Adilson, às colocações dele, que tinha sido aquilo mesmo que tinha acontecido, parabenizou e antecipou o seu voto no COMAD, ele esperava que as suas colocações fossem positivas; agradeceu ao Xanddy nas suas colocações, por colocar até fazendo parte da Comissão de Constituição e Justiça que ele não tinha permanecido, e aquilo tinha sido um ato bacana, que ele ia guardar com ele de uma forma muito carinhosa, que ele tinha sido justo com todo o trabalho que ele tinha feito, não que os demais não fossem, mas que desculpassem o emocional dele exaltado, mas aquela era a sua manifestação; a seguir, pediu a palavra a senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco, que cumprimentou a todos, dizendo que ela não iria repetir lá, as palavras do Adilson, do Guga; a questão do Zidane, ela acreditava que independente de Semanas, a Semana da Mulher, a Semana da Mãe, Semana não sabia do que, que eram tantas Semanas, eles queriam criar tantas Semanas e o assunto estava batendo na porta deles, todos os dias, então ela achava que eles tinham de

costrar políticas públicas que atendessem a todas aquelas situações, e ela, enquanto profissional da área, ela tinha todos os dias, batendo na porta dela um pai, uma mãe pedindo para internar, então, ela achava que eles tinham de ter políticas públicas em todas as áreas que fizessem a prevenção e que tivessem, também, recursos para as situações que naquele momento estivessem instaladas, então, que independente de Semanas, independente de dia que iam comemorar o dia não sabia do que, eles tinham de ter política todos os dias, e ela achava que era com aquilo que eles tinham de estar preocupados, não se ia ter semana daquilo ou não ia, pediu desculpas e disse que era aquela a opinião dela; a seguir, pediu novamente a palavra o senhor William de Souza Silva, porém, o senhor Presidente disse que o tempo dele, de vinte minutos para falar, já tinha se encerrado, porque ele tinha falado os vinte minutos; disse que ele só gostaria de ressaltar lá, que eles estavam discutindo um veto, não era um mérito e que a questão era um veto, e que o nobre Vereador estava de posse com o veto na mão e ele só gostaria de, como ele tinha dito a questão da analogia para se fazer o veto, e em uma da analogia citada, era uma ação direta de inconstitucionalidade, então, que alguém tinha entrado com uma ação direta de inconstitucionalidade, estava lá, que no município de São José do Rio Preto, foi criada a Semana Municipal da Insuficiência Renal, e eles estavam falando da criação da semana de combate às drogas, então, a analogia era aquela, era lógico que os assuntos eram diferentes, mas era uma analogia e tinha sido criada uma Semana e daí falava o seguinte, que na lei de inconstitucionalidade determinada por um juiz: “A Lei Municipal institui a Semana Municipal de Insuficiência Renal, verdadeiro programa de prevenção, cuja saúde consubstancia atos típicos de gestão administrativa, distanciando-se dos caracteres de generalidade e abstração de que se devia resistir àqueles editados pelo Poder Legislativo, a norma coimada de vício de iniciativa”; disse que era o que estava sendo o mesmo assunto lá, e continuou a leitura, “de inconstitucionalidade de matéria, a medida que invadia a esfera da gestão administrativa”; e continuou sua fala dizendo que a matéria era de competência exclusiva do Poder Executivo e não Legislativo; (naquele momento ele pediu silêncio ao Plenário); e continuou falando que eles, a similaridade, não tinha sido no assunto, e sim da forma analógica que tinha sido analisado o veto, e que o nobre Vereador pegasse lá, ele ia ver que era a mesma criação e tinha sido dado a inconstitucionalidade dela, então, ele achava que, realmente, o que cabia mais eram ações de áreas para que eles pudessem melhorar aquela discussão; a seguir, pediu a palavra o senhor Alexandre da Silva Santos que cumprimentou a todos, dizendo que ele só queria lá pedir a oportunidade, porque ia ser vetado lá

aquele projeto, e que iria voltar para aquela Casa, para acompanhar de perto, fazer direito e assinar aquele projeto junto com ele, para que voltasse para a Casa e fosse aprovado de forma correta; a seguir, o senhor Presidente colocou em votação o referido veto, explicando a todos que aqueles que fossem favoráveis ao veto, votassem sim e quem fosse contrário, votasse não. A seguir em votação o Processo CM nº 049/2013, do Executivo Municipal, Veto total oposto ao Projeto de Lei nº 021/2013 do Sr. William de Souza Silva, que institui a “Semana Municipal de Prevenção, Conscientização e Combate ao Uso de Drogas, e dá outras providências, foi o mesmo acatado por dez votos favoráveis, sendo dois contrários dos Srs. Alexandre da Silva Santos e William de Souza Silva. 2. Projeto de Lei nº 026/2013, do Executivo Municipal, que dá nova redação e inclui dispositivos que especifica na Lei Municipal nº 2138/2013, que dispõe sobre a criação da Imprensa Oficial do Município de Jaguariúna, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XI do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. 3. Projeto de Lei nº 028/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna, e dá outras providências.(Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. 4. Projeto de Lei nº 029/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal Antidrogas de Jaguariúna – COMAD, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XI do R.I.) Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Assistência Social, Lazer e Turismo, apresentando as seguintes emendas: Emenda Modificativa I – Altere-se o prazo de mandato dos respectivos conselheiros para 2 (dois) anos, passando-se o art. 6º a ter a seguinte redação: Art. 6º - Os membros do COMAD terão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução. Em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. Emenda Modificativa II – Para que se seja exercida ainda mais a democracia, à Presidência do respectivo Conselho caberá ao mais votado, por eleição entre seus membros, passando-se

o art. 9º a ter a seguinte redação: Art. 9º - A presidência do COMAD será exercida pelo Conselheiro Titular eleito por votação entre seus membros. Em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. Emenda Substitutiva III – Para melhor viabilizar o respectivo projeto de lei, entende-se perfeitamente plausível um membro desta Câmara Municipal de Jaguariúna em substituição ao representante da Secretaria de Turismo e Cultura de Jaguariúna, passando-se a alínea g, do inciso I, do art. 4º a ter a seguinte redação: Art. 4º - ... II - ... g) 01 (um) representante da Câmara Municipal de Jaguariúna; ... Em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. Emenda Modificativa IV – Para que todas as associações que tenham como objetivo a recuperação e integração social da pessoa envolvida com drogas sejam tratadas de forma igualitária, entende-se necessária a alteração da alínea a do inciso IV, do art. 4º, passando-se a ter a seguinte redação: Art. 4º - ... IV - ... a) 01 (um) representante de associação relacionada à Recuperação e Integração Social existente na cidade de Jaguariúna; ... Em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, em Discussão e Votação o Projeto de Lei nº 029/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal Antidrogas de Jaguariúna – COMAD, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Segunda Discussão foi apreciado o Projeto de Lei Complementar nº 009/2013, da Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo (Vereadores Adilson José Abrucez, Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva), que dá nova redação aos incisos I e II, do Artigo 30, e ao inciso I, do Artigo 36, e substitui os anexos I, II e III, da Lei Complementar nº 97/2004, que dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso e da ocupação do solo do Município de Jaguariúna, e dá outras providências (Em síntese: revoga a Zona ZEEM). (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, II do R.I.) Com emendas já aprovadas. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abrucez que cumprimentou a todos, dizendo que estavam ali finalizando um trabalho que começou na verdade, em dezembro de dois mil e doze, quando a população se manifestou contra a aprovação da criação da Zona Especial de Exploração Mineral, na região que eles conheciam, hoje, como Morro do Catão, e eles, ali, todos os Vereadores, todos, passaram a ser instrumentos daquela vontade, daquela contrariedade, que houve naquele momento, naquele episódio, onde alguns representantes entraram até na Justiça contra o projeto, e de lá para cá houve um desencadeamento, um descontentamento da população que provocou uma renovação muito forte na Câmara Municipal, sempre lembrando que esse

projeto que criou a Zona ZEEM foi aprovado na Câmara, numa ditadura da maioria, e que teve o voto contrário do hoje, ainda, Vereador Fábio, Fred, e, também, da Karina, foram os três Vereadores que votaram contra aquele projeto; disse que hoje, eles, como representantes, instrumentos desta contrariedade, estavam finalizando aquele projeto, aquela proposta; as demandas judiciais iam terminar, e eles restabeleceram, não fizeram nenhum progresso, não, eles só restabeleceram a ordem anterior, e disse, também, a todos, que isso era um começo de um processo, e que agora eles iam se aprimorando para que aquela região tivesse um bom desenvolvimento, que tudo pudesse ocorrer dentro da legalidade, sem nenhum abuso, nem da parte dos Poderes Públicos e nem da iniciativa privada; disse que viviam numa República, e a República legal, onde a democracia funcionava como estava provando ali, com todas as discussões, esgotando-se todas as discussões, e que ele, antecipadamente, já até agradecia aos Vereadores, mas estava pedindo mais uma vez que eles terminassem esse processo, para que eles continuassem com os próximos e muitas outras coisas na cidade que todos os Vereadores ali, também, estavam sempre tentando aprimorar; agradeceu, e agradeceu, também, à Comissão, e pediu desculpas pela sua omissão, o Magrão (Rodrigo), o Romilson, e a participação efetiva, e agradeceu a todos, também; houve manifestações na assembleia com aplausos. A seguir, em votação o Projeto de Lei Complementar nº 009/2013, da Comissão Permanente de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo (Vereadores Adilson José Abracez, Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva), que dá nova redação aos incisos I e II, do Artigo 30, e ao inciso I, do Artigo 36, e substitui os anexos I, II e III, da Lei Complementar nº 97/2004, que dispõe sobre o parcelamento e o ordenamento do uso e da ocupação do solo do Município de Jaguariúna, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo de tocar no assunto, que na semana anterior não deu para ser falado, agradeceu à Rita Bergamasco pelas palavras, pelo consolo à sua pessoa; ao Vereador Zidane, também, que se prontificou, e falou sobre o assunto do Bolsa Família que gerou muitos murmúrios na cidade, de pessoas que não entenderam o que aconteceu, e disse que, graças a Deus, já foi resolvido, quem leu as matérias e acompanhou de perto viu que não era nada da forma que foi exposto, os jornais, também, deixaram tudo bem resumidinho,

explicando que ele era cadastrado no programa que o Município fez, chamado de Cadastro Único e que a Rita já explicou, duas três, vezes já, e que ele não iria se alongar porque aquele assunto já morreu, graças a Deus, e que eles entraram em recesso, e que foi meio difícil para ele, porque tinha participado de um campeonato municipal, onde várias pessoas que não entendiam do assunto, chegavam na beira de campo e falavam: “Vereador ladrão; Vereador corrupto, Vereador que tira benefícios de pessoas que precisavam”, onde, nem lendo a matéria sabiam o que de fato estava acontecendo, porque ele foi contemplado, o benefício foi liberado para ele na Caixa Econômica, mas ele não usufruiu desse benefício, não que sua família não precisasse, mas pelo fato dele ser Vereador, ele tinha uma renda que era superior que uma pessoa de baixa renda precisava, e que eles, Vereadores, tinham que acompanhar esses casos mais de perto, porque diversas pessoas que não precisavam talvez estivessem tirando de pessoas que precisavam; disse que tinham que olhar esse caso de perto, e que tinha feito um requerimento sobre o bolsa família, para dar uma fiscalizada, e que era mais isso que ele tinha que desabafar, e agradeceu a todos os Vereadores pelas indicações que foram aprovadas, seus requerimentos, e deixou seus parabéns a todos os pais presentes, porque no domingo foi dia dos Pais, seu pai não estava mais presente, mas ele esteve ali na Casa, e que naquele dia era o aniversário dele, e que ele era feliz por ter pai vivo, e deixou aquele abraço confortável a todos os pais; desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra o Sr. Adilson José Abracez que disse que seria rapidinho, e a seguir muito agradeceu a todos, primeiramente, à população de Jaguariúna por ter eleito esta Câmara, e a todos os Vereadores, e que se sentia feliz, junto à Comissão de ter tido esta oportunidade de ter tido este prazer e esta satisfação; muito agradeceu a todos, e novamente, agradeceu; houve manifestações na assembleia com aplausos; a seguir, tomou a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que disse que só queria complementar, em relação à questão do Cadastro Único, do Bolsa Família, disse ao Xanddy, quando falou na última sessão, não tinha conseguido completar, e que, na verdade, funcionava da seguinte maneira, por que o Xanddy recebeu o Bolsa Família, e que essa era a pergunta que todo mundo fazia, por que que o Xanddy foi contemplado com o Bolsa Família; disse que era pelo seguinte: o Xanddy estava escrito no Programa “Minha Casa Minha Vida”, ele fez um cadastro pra participar do Programa “Minha Casa Minha Vida”, e que os critérios federais para o Programa “Minha Casa Minha Vida”, ele utilizava, ele congelava seis meses a partir da última informação que o interessado prestou ou atualizou a sua renda; disse que quando o Xanddy fez a atualização do seu Cadastro Único, em agosto de dois mil e doze, foi

perguntado a ele: “nos últimos doze meses você teve rendimento?” Disse que ele teve um rendimento que para o Programa “Minha Casa Minha Vida”, somaria seis meses antes daquele de agosto, seis meses antes de agosto, congelava de agosto antes, seis meses; para o Bolsa Família, e disse que o Cadastro Único ia via online para o Governo Federal, ele era auto declaratório, e se o Carlinhos falasse para ela que ele era loiro, de olho azul, ela era obrigada a escrever no Cadastro Único que ele era loiro de olho azul, perguntou se estava certo, porque ela tinha que escrever porque ele era auto declaratório, e que era só para eles entenderem, e disse que, quando o Xanddy deu a informação de que ele estava escrito no Bolsa Família, e que naquele mês ele estava sem rendimento, no mês de agosto, estava sem rendimento ele, sem rendimento a mãe e ele tinha um irmão menor de dezesseis anos, e que, automaticamente, esta informação ia para o Governo Federal, e lá gerava o Bolsa Família, porque a família estava dentro de um critério; disse que não houve em momento nenhum má fé por parte do Xanddy, e ele só fez o Cadastro Único, não para se favorecer do Bolsa Família, mas para estar concorrendo, e se ele estivesse sido chamado entre os oitocentos, provavelmente, ele teria sido contemplado, porque a renda ultrapassaria de mil e seiscentos reais; disse que era só para poder deixar isso bem claro; a seguir, tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos, novamente, dizendo de externar sua atitude aos colegas, dizendo que o respeito continuava o mesmo, respeitava a decisão dos colegas, e esperava que eles respeitassem a dele, e que sua postura iria continuar sendo a mesma em qualquer tipo de projeto de lei que fosse apresentado ali, ele iria colocar sua opinião, respeitando as contrárias, e que esse era seu ponto de vista, assim que ele foi eleito e ele iria tentar cumprir o mandato até o fim com a sua postura; agradeceu a presença dos presentes na Casa, com toda esta polêmica da Zona ZEEM, agradeceu ao João pela mensagem de agradecimento, e tinha certeza que ele enviou para os demais Vereadores, e que o cidadão cumprimentou a sua pessoa, e ele cumprimentava a todas as outras pessoas que fizeram parte do processo, e que ele tinha estado ali, no passado, junto com os cidadãos nas reivindicações, agradeceu, de coração, a mensagem que o cidadão mandou, e externava ao Chuisco, ao Tato Arten, a todas as outras famílias que tiveram seus direitos cerceados, que foi corrigido por esta Câmara e parabenizou ao nobre Colega Vereador Adilson, pela iniciativa, Magrão, Romilson, que fizeram parte desta Comissão, agradeceu aos comentários do nobre Colega Xanddy, e disse ao Xanddy, que ele não iria querer fazer, e, infelizmente, eles utilizavam esse termo “fazer política” com algumas situações, e este termo quando era colocado para

algumas pessoas colocavam o cenário político em situação indiscreta, e, em respeito à situação do Vereador, ele se colocava à disposição para levantar quem que mandou tais informações para o Governo Federal, e que não foi o Chico Xavier que baixou ali e mandou lá, algum fim e algum interesse teve, e tinha certeza que o interesse foi de denegrir a imagem do Vereador; disse que no amanhã poderia ser ele, poderia ser outras pessoas, e externava da mesma forma que foi feito com o Vereador, ele se dirigia aos presentes e a toda a sociedade, e disse de defender, também, uma família que foi injustamente denunciada do processo político passado, que era a família da Senhora Antonia Brasilino, servidora pública de carreira, hoje ela fazia parte do processo licitatório do Município, conhecia muito bem a conduta ilibada dessa servidora e de todos os familiares, conhecia o marido dela, Sr. Brasilino, companheiro de futebol, e que viu alguns comentários, e tinha certeza que esta senhora, também, estava sofrendo, que comprou um carro novo com o dinheiro que comprou com processo licitatório, e que a encontrou, nesses dias, viu que ela estava sofrendo bastante com alguns comentários, por ser uma pessoa honesta ela se sentia muito ofendida, porque de uma forma irresponsável, fizeram uma denúncia contra essa servidora e denegriu, machucou essa família, e hoje ela teve a sua conduta questionada perante algumas pessoas da sociedade, por denúncias irresponsáveis e infundadas; disse que seu entendimento aí, à pessoa do Vereador, à sua família e à família da Sra. Antonia Brasilino, que ela pudesse, de uma forma muito tranqüila, provar aos órgãos de Justiça a sua inocência, que ele tinha certeza, colocava a mão no fogo, e que conhecia a família dessa pessoa, que foi injustiçada, e tinha certeza que o Vereador também foi, mas tinham que acabar com isso, tinham que parar com essa situação; disse que hoje era o Vereador, no amanhã poderia ser ele, essas denúncias infundadas enquanto ocorresse, e que tinha saído de um órgão público, saiu da Assistência Social, ou de quem tomava conta, e foi levado ao “Fantástico”, e que o repórter do “Fantástico” tinha comentado vários detalhes da vida pessoal do Vereador, e que não foi o Chico Xavier que baixou o “santo” lá na Rede Globo, e que saiu da cidade, e que se o Vereador permitisse esperava que aquela discussão fosse levantada, e que se o Vereador entendesse por bem não mexer mais nesse assunto, iria respeitar, porque não queria ali fazer política numa desgraça do Vereador, e nem queria ali levantar uma situação que foi negativa na vida do Colega, e que queria, ali, se colocar à disposição para ser justo, e se houve servidor público, que fosse efetivamente punido e servisse de exemplo aos demais que jamais utilizassem de dados pessoais de ninguém para explorar de forma negativa, desejou a todos uma

excelente semana, e contassem sempre com ele o que fosse interessante; o Sr. Presidente disse ao Vereador, que ele iria falar por último depois, mas que o mesmo tinha feito um comentário no Jornal, que ele tinha citado; o Vereador William de Souza Silva disse ao Sr. Presidente que tinha sido bem lembrado, e que ele iria colocar a situação que o Sr. Presidente tinha pedido, e que tinha conversado pessoalmente com ele, e que, recentemente, tinha a questão que foi discutida na Câmara, e ele, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, ouviu uma senhora no seu gabinete, e que aquela senhora tinha relatado várias situações que, no ponto de vista dela, ela foi constrangida no atendimento de parto no Hospital, e como tratava-se de uma denúncia pesada de um Secretário Municipal, de um Diretor de um Hospital, do Gestor, pai do nobre Colega Guga, achou por bem ouvir aquela senhora, e que pediu a ela para reduzir a termos sua denúncia, e resolveu convidar alguns membros para estar vindo, um convite, e que tinha ido lá, pessoalmente, levantou a situação, ouviu a parte do Hospital, conversou com o Sr. Laercio Gothardo, conversou com outras pessoas, e achou por bem levar ao conhecimento da Comissão; disse que foi interpretado de uma outra forma por alguns Colegas, o Colega mesmo, Vereador Bozó, disse que antes de ter feito aquele convite, a Comissão não estava sabendo, mas que ele os comunicou por escrito, e, antecipadamente, cumpriu o que a legislação determinava, o Regimento Interno, a Lei Orgânica, e que encaminhou cópia integral de todos os assuntos relacionados a este fato relacionado à morte dos trigêmeos no Hospital, e que gerou uma certa discussão; disse que procurou o Sr. Presidente e ele estava viajando, ele não estava aqui na Câmara, procurou a assessora dele para dar ciência do fato, não conseguiu encontrar; no dia do retorno do Sr. Presidente ele tomou ciência desses convites, achava que o Sr. Presidente não gostou dele ter feito o convite, e que no seu entendimento, a leitura que ele tinha feito do Regimento Interno, ele poderia estar fazendo essa situação, do seu ponto de vista se qualquer membro da Comissão, se não gostasse da sua atitude de ter convocado essas pessoas, ele não se recordava do artigo, mas o Regimento Interno falava que de cada ação de Presidente de Comissão, contestando a ação, cabia recurso ao Plenário, mas mesmo assim, o Sr. Presidente foi lá e expediu um ofício à Ordem dos Advogados, a todos os membros, cancelando a reunião e que ele conversou com o Presidente, que ele não gostou da atitude que ele fez, que lhe deixou de uma forma negativa, falando que ele foi irresponsável, que ele quis usurpar a função de Presidente da Câmara, e outras ações, e que não foi isso que ele, Vereador, quis fazer, e que ele tinha por competência e pelo Regimento liberdade de convidar a quem ele quisesse, inclusive o Regimento Interno

estava à disposição de qualquer pessoa, falava que qualquer entidade poderia lhe assessorar nos trâmites da Comissão, e que ele abriu o comentário para os nobres Vereadores, a reunião era de Comissão, não necessariamente havia o compromisso e todos os demais Vereadores estarem presentes, e que foram questionados ali, muitos deles, de uma forma que ele até procurou defendida, defender na medida do possível, que ele não os comunicou porque era reunião da Comissão, a nobre Colega Rita tomou ciência e, inclusive foi na residência dessa senhora, ouviu os fatos, ouviu ali a denúncia, e que eles entenderam por bem, depois ouviu a Comissão, de convocar os Secretários e Diretores do Hospital para se explicarem na Casa, aberto a todos, e que foi comunicado ali, diante desse questionamento do Presidente, e que ele não gostou da atitude dele, e ele agiu de plena conformidade com o Regimento Interno, embora o Presidente pudesse ter uma atitude contrária, aí eles teriam que discutir, uma ampla discussão do Regimento Interno, e que ele agiu de acordo com a legalidade, e que o Presidente achava que não, que ele tinha se excedido; disse que foi ouvido pelo Jornal, e que ele falou que houve um excesso por parte do Presidente, e que ele o colocou numa situação vexatória, e que ele, Vereador, quis simplesmente dar a resposta para aquela pessoa que o procurou e falou abertamente porque que ela queria uma resposta, que ela não teve resposta do Hospital, procurou lá, várias pessoas e ninguém ouviu, e que essa foi sua finalidade, de dar uma resposta àquela pessoa, diante da gravidade da situação, e que ele, para ser justo, falou para o Sr. Presidente que ele não falou para o Jornal que ele não tinha compromisso com a Saúde, aliás seria irresponsabilidade da sua parte, e que achava que nenhum representante quando ingressava num cargo público ele ia se expressar de uma forma dessa, falar que não tinha compromisso com a Saúde, e que se houve os excessos, não foi a sua fala, não falou em momento algum que o Sr. Presidente não tinha compromisso com a Saúde, e que achava que todos tinham, a Saúde era o que os mantinham vivos, independente de quem gostava ou não da administração da Saúde, eles não podiam ter um constrangimento; disse que esse era seu posicionamento, mas mantinha a sua situação, não gostou da atitude do Sr. Presidente, e que o Sr. Presidente, no seu ponto de vista se excedeu, ele poderia ter convocado uma reunião, ter ouvido os dois membros, e falado que aquela reunião iria gerar polêmica ou iria expor de uma forma negativa os representantes do Executivo, aí eles tomariam uma atitude, e que o Presidente expediu direto o ofício, mantiveram, e que se não podia fazer isso, por que teve a reunião? Disse que teve a reunião, os Vereadores estavam presentes, eles realizaram o ato, e houve todo um questionamento, inclusive os Vereadores foram criticados, e que não

foi a sua culpa, e que ele não quis gerar isso, ele quis gerar, dar o espaço para qualquer cidadão realizar; disse que agiu de plena conformidade com o Regimento Interno e a Lei Orgânica e o Presidente da Comissão tinha competência para convidar, para ir, inclusive, participar com entidades especialistas no assunto, num assessoramento, no exercício de uma atividade de Comissão; agradeceu pela atenção de todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos, dizendo sobre aquele caso daquela senhora, no Hospital, do Cruzeiro do Sul, que no dia em que aconteceu, ele foi procurado, e que estava sem carro no dia, porque o Gerson, toda manhã eles estavam juntos, eles foram até o Hospital, juntamente, com a Lucinha que era Presidente da Associação de bairro do Nassif e era do Conselho Municipal de Saúde, também, e que procuraram a enfermeira responsável, e confirmou com o nobre Colega Gerson, e ela esclareceu para eles, mas muitas respostas que eles necessitavam tinham passado à família, e que eles não podiam, realmente, passar para eles; disse que eles foram até a casa da família, mas a mãe, ainda, estava internada, deixaram para que os procurassem, e acreditava que ela tinha vindo na Casa e procurado o Vereador e disse que eles também davam o total apoio para ela e para todos, e que acreditava que não houve negligência alguma por se tratar de profissionais que trabalhavam, inclusive, na maternidade de Campinas, e diante disso tiveram conhecimento que o Hospital precisava de uma UTI Neonatal, e ele, juntamente, com o Colega Gerson fizeram a indicação, e que o Diretor do Hospital, Sr. Laercio até os questionou que já existia esse neonatal lá, então, se existia, era para colocarem em funcionamento, e em seguida a Colega Rita colocou uma indicação para fazer um convênio, e que achava que esta Casa estava tomando as medidas e estava caminhando nesse processo junto, processo democrático, sem política, e atender os anseios e que ele os conhecia desde que eles eram lá de Mococa; em seguida convidou todos os colegas, o Plenário, para participarem com eles no próximo domingo, que iria acontecer a décima sexta edição dos motoristas, a festa dos caminhoneiros de Jaguariúna, na qual o padroeiro São Cristovão, na qual ele tinha uma graça alcançada e ele tinha a sua promessa, de cumprí-la de fazer em especial, a parte religiosa, e ele tinha a oportunidade daquele ano, de estar naquela Casa de Leis, e dizer que ele era o Presidente do Clube dos Caminhoneiros, e há quinze anos ele participava de uma festa dos caminhoneiros e o filho dele sofreu um acidente, quando ele voltava da festa, e ele era um homem de Deus, acreditava em Deus, tinha fé e conversava com Deus e conversava com os amigos dele do jeito que ele estava falando, e foi pedindo para que São Cristovão intercedesse para que nada de mal acontecesse

com o filho dele, que sempre na cidade dele, nem que fosse ele sozinho, mas, (naquele momento ele disse que esperava não se emocionar) e continuou dizendo que nem que fosse ele em um carro, o andor, ele iria acompanhar, e ele sempre falava que a parte de todos era a parte religiosa, a parte da missa, a parte que ele sempre recebia a benção, recebia a graça de Deus por estarem vivos, a proteção do dia a dia e de lá para frente, para ele o que viesse estava bom, mas no decorrer do dia, aquela festa fazia parte de calendário do Município; ele agradeceu ao Prefeito Municipal por se preocupar com o crescimento da festa, com o tamanho que tinha, havia ficado pequeno, lá na comunidade do Guedes de Cima, Nossa Senhora Aparecida, e no ano passado tinham tido muitos transtornos e tinham levado aquela festa para Red Bar, que iria acontecer no próximo domingo; agradeceu ao Prefeito, ao Secretário de Turismo e Cultura, o Fernando, a toda equipe, ao Renato, que não mediram esforços lá, também, para incorporarem aquela festa junto com eles, e disse que a festa começaria lá as sete horas da manhã, na Comunidade de Santo Antonio, no Guedes de Baixo, e em seguida concentravam-se os motoristas, os caminhões e as dez horas saíam para o desfile, pelas ruas da cidade, passando pela Rua Souza, Alexandre Marion, Antonio Pinto Catão, contornava a Praça Holambra no Nassif, na Paróquia Sagrado Coração de Jesus, e que houve uma mudança que a Comissão da festa achou melhor mudar, por se tratar de muitos caminhões e passar pelo centro, realmente, complicava e acabava fechando o centro da cidade, e após a Paróquia Sagrado Coração de Jesus, onde o Padre Charles iria dar a benção, seguiria pelo Cruzeiro do Sul, onde aconteceria a grande festa, com gincanas, brincadeiras, com o show do Leo Canhoto e Robertinho, tinha também o show com o piloto da cidade de Sorocaba, que fazia manobras radicais, então, ele convidou a todos para participarem, dizendo que era uma festa bonita, uma festa maravilhosa, que era voltada aos motoristas que carregavam o País nas costas; agradeceu a todos, dizendo mais uma vez que ele queria convidar a todos para aquela festa; e desejou que Deus abençoasse a cada um, e que para todos que fossem motoristas, que São Cristovão pudesse estar sempre à frente, livrando-os de todos os males que pudessem acontecer; a seguir, fez uso da palavra o senhor Luiz Carlos de Campos, que cumprimentou a todos, dizendo que ele estava usando a sua fala lá, só para justificar o seu voto em relação ao veto que o Executivo tinha encaminhado ao projeto de lei do nobre Vereador Zidane, e esclarecer que eles não tinham nada, ele não tinha e os demais Vereadores que tinham votado favoráveis ao veto não tinham nada contra o Vereador Zidane, contra a população de Jaguariúna, e não tinha sido por isso que eles tinham votado favoráveis ao veto, e sim, pela argumentação

que o Jurídico do Executivo tinha usado para vetar aquele projeto e a argumentação do Jurídico da Câmara, também, que o projeto de lei criava atribuição para o Executivo, e pediu permissão para ler o artigo segundo que constatava isso, que dizia: “Artigo segundo: cabe à Secretaria de Saúde, de Cultura, fomentar e organizar ações que visam a prevenção, o combate e a conscientização com o tema sobre campanhas, seminários, palestras, debates, reuniões, workshop, conferências, pela cotação de partilhas, folders, e outras dando ampla divulgação do Município”; continuou dizendo que só para esclarecer, aquele projeto, ele poderia partir do Executivo, e que o nobre Vereador, caso quisesse, poderia fazer encaminhamento daquele projeto e através de Secretaria de Comunicação, aquele mesmo projeto chegando do Executivo, eles poderiam aprovar e seria um projeto legal porque o Executivo, sim, poderia criar atribuição para ele próprio e o Legislativo não poderia; então, baseado, se o Presidente o permitisse, ele não ia dizer que tinha sido um voto político, mas um voto jurídico, técnico; em seguida, fez uso da palavra o senhor Presidente, Alfredo Chiavegato Neto, dizendo que ele só gostaria de parabenizar, em nome do Presidente Adilson, a Comissão de Meio Ambiente, que fizeram culminar com a votação em segunda aprovação daquele projeto de lei da Zona ZEEM, extirpando do Plano Diretor, aquela Zona; pediu desculpas para algumas pessoas da população que não entenderam de uma forma o posicionamento dele em relação à condução daquele projeto, enfim dar toda tranquilidade possível para que os nobres pares dessem sua opinião, e se fossem procurados para dar sua opinião, ele tinha a certeza de que não houve aquilo, e que estiveram naquela Câmara discutindo aquele projeto, e aquelas pessoas que de uma certa forma titubearam que a sua opinião, de uma certa forma, fosse contrária em dois mil e onze, ele gostaria de externar o seu voto favorável àquele projeto, de ele não tinha compactuado e não compactuava com aquilo que tinha sido proposto, da forma como tinha sido proposto, e ele queria utilizar daquele momento com muita calma, muita tranquilidade, pudesse prevalecer; disse que ele sabia que não teria pronta nem tanto a ata, nem tão quanto o parecer da Comissão, por isso que ele não tinha feito esforço para que o projeto fosse votado anteriormente ao recesso e quiçá no recesso, e não continuava no mesmo erro que tinha sido apregoado para a aprovação do outro projeto; pediu desculpas mais uma vez para aquelas pessoas que não tinham entendido, mas que eles tivessem a certeza de que tinha sido feito na maior tranquilidade possível, e ele tinha assumido toda a responsabilidade do que tinha sido feito; disse que o questionaram que estava havendo conluio com os Vereadores, que estava sendo feito um lobby, mas que em nenhum momento ele tinha procurado

nenhum Vereador para expor ou para perguntar o voto para quem quer que fosse, e que em nenhum momento fez isso, mas tinha consciência de que o projeto seria unânime; parabenizou a todos; a seguir disse, também, que a nobre Vereadora Rita assim como o David Hilário, membros da Comissão de Saúde e dos Direitos Humanos da Câmara Municipal, estiveram junto no Hospital Municipal, e que o Hospital, ainda naquela semana, iria marcar uma reunião com todos os Vereadores para esclarecer esse fato que aconteceu no Hospital, fato lamentável, infelizmente; o Hospital Municipal para quem o conhecia há quatro anos atrás e voltou a conhecê-lo naquele ano, não foi nada daquilo que foi deixado, foi totalmente sucateado, só as semi UTIs que tinha, a Neonatal, também, mas todo equipamento do Hospital, do Centro Cirúrgico foram todos deteriorados, tudo quebrado, e fazia um convite às pessoas da Cidade que fossem lá conhecer a realidade do Hospital, equipamentos que valiam duzentos, trezentos mil reais, foram trocadas peças como se troca peças de carro, para deixar um funcionando, e os que foram sucateados estavam lá encostados, e que cinco equipamentos desses que eles tinham, só dois funcionavam com peças de reposição; disse que era triste ver um Hospital que era decantado, pelo menos na Cidade, com orgulho, da Administração, hoje, tinha um problema sério, inclusive, de atendimento à população; disse que, realmente, era um fato lamentável, e que não ia trazer as vidas de volta, que servisse de exemplo para que, realmente, ficasse atento e que sabiam dos profissionais que estavam lá, e que eram pessoas competentes, dignas e queriam fazer o melhor para a sociedade; disse que, infelizmente, fatalidades aconteciam, e que esperavam que com o tempo pudessem ter todas as informações possíveis para que, de uma certa forma, acalmasse o coração dessa mãe que perdeu três filhos, mas nada podia ser comparado, por mais que se tivesse resposta nunca seria convincente, mas voltava a dizer que em breve essa reunião seria marcada, e disse que, como tinha interpelado o nobre Vereador Colega Zidane, no jornal dizia como uma fala dele que o Vereador Alfredo Chiavegato Neto não trabalhava para o crescimento da cidade, nem era com relação à questão da Saúde, mas ao crescimento da cidade, e que o Vereador disse não ter dito isso, e por isso que ele queria a fala do Vereador, porque ficava o direito de resposta, mas ele nem queria ter direito de resposta daquele Jornal, porque para ele, realmente, era um jornaleco, não tinha interesse nenhum de justificar perante esse jornal, e que voltava a dizer, completamente, envolvido com interesses econômicos do Município, e que achava que o Jornal deveria ter um papel independente no Município, tinha que falar mesmo, tinha que meter a boca, tinha que fazer a voz do povo, fazer ecoar esses clamores,

que não ficasse dormindo em “berço esplêndido”, e cabia a cada dia, procurar melhorar sempre, e não ser, também, instrumento de político, e que esperava que isso não ocorresse desse Jornal, e que se assim fosse, que desse abertura para que as pessoas interessadas pudessem falar, mas esperava, realmente, que toda imprensa do Município, fosse imparcial; era o que gostaria de dizer e desejou boa noite a todos. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia vinte de agosto de dois mil e treze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta, dando início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

**Vereador Alfredo Chiavegato Neto**  
**Presidente**

**Vereador Adilson José Abracez**  
**Vice Presidente**

**Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco**  
**Primeira Secretária**

**Vereador Ângelo Roberto Torres**  
**Segundo Secretário**



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

## CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

**VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO**  
Presidente da Câmara

